

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.– CELESC
NIRE Nº 42300011274 – CNPJ/MF Nº 83.878.892/0001-55
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, hora e local: Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 9 horas, na sede da empresa, localizada à Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, Florianópolis – SC.

Presenças: João Eduardo Noal Berbigier, Cleicio Poletto Martins, Luiz Alberton, Amir Antonio Martins de Oliveira Junior, José Valério Medeiros Júnior, Paulo Guilherme de Simas Horn, Luiz Otavio Assis Henriques, Fábio William Loreti, Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire, Michele Silva Wangham e Vanessa Evangelista Ramos Rothermel. Dando início à reunião, passou-se ao **Relato do Presidente Cleicio Poletto Martins:** “Nestes quatro anos de administração, 2019-2022, a companhia passou por um processo de transformação surpreendente, com avanços importantes em melhorias técnicas, econômico-financeiras, capacitação, pessoas, regulatórias, jurídicas, comerciais, tributárias, de controladoria, riscos e controles, infraestrutura e ambiente físico de trabalho, R\$75 milhões investidos para renovação da frota de veículos, digitalização e automação, automação de livros fiscais e apuração de ISS, automação dos lançamentos contábeis e tributários, gestão eficiente do caixa da companhia, dentre outras. No que tange ao caixa, no início da pandemia, março de 2020, contingenciamos recursos financeiros para manutenção da saúde financeira da empresa e criamos um comitê de parcelamento aos clientes, com mais de R\$500 milhões parcelados, atingindo cerca de 2500 indústrias e outros 190 mil clientes do grupo B e, mesmo diante de tantos desafios sanitários, escassez hídrica e geopolíticos, a companhia divulgou seu caixa e equivalente de caixa no terceiro trimestre de 2022 de R\$1.436 bilhão. Outro fato relevante, especialmente por conta da pandemia e suas consequências, foi a aprovação da postergação por todas as instâncias do prazo de execução das obras financiadas pelo BID em 18 meses, em relação ao contrato original. Mesmo com o grande desafio da pandemia, não paramos a trajetória de crescimento dos investimentos, que, neste ano de 2022 deve alcançar a cifra de R\$1,2 bilhão e mais de R\$3 bilhões ao longo dos últimos 4 (quatro) anos. Essa trajetória certamente contribuiu em muito para colocar o DEC abaixo de dois dígitos, sendo que deveremos atingir menos de 9h em 2022 e 6h com o FEC. **Novas subestações concluídas** (Capoeiras, São José Real Parque, Palhoça Caminho Novo, Capivari de Baixo, Itapema Meia Praia, Canoinhas Rio Areia, Barra Velha, Chapecó Santo Antônio, Brusque São Pedro, Araquari Corveta), **ampliações de subestações** existentes (São José do Cedro, Garopaba, Canoinhas, Blumenau Bairro da Velha, Jaraguá Rio da Luz, Camboriú, Mafra, Blumenau Garcia, Gaspar, Siderópolis, Porto União, Joinville Vila Nova, Capinzal, Içara, Ituporanga, Florianópolis Ilha Sul, Imbitiba, Biguaçu Quintino Bocaiúva, Sombrio, Florianópolis Ingleses, São Joaquim, Tijucas, Araquari Hyosung, Florianópolis Trindade, Videira, Laguna, São Joaquim, Itajaí Salseiros, Treze Tílias 34,5 kV, Luiz Alves, Joinville Paranaguamirim, Papanduva Área Industrial, Criciúma Floresta, Otacílio Costa, Pomerode, Taió, Palmitos, Joinville Perini, São Cristóvão, Faxinal dos Guedes/Concórdia), **outras novas subestações em andamento** (Araranguá Lagoa da Serra, Treze Tílias, Joinville Boa Vista, Abelardo Luz, Guaramirim, São José Sertão, Florianópolis Monte Verde, Garopaba, Guaramirim 138 kV, Governador Celso Ramos, Jaraguá do Sul Três Rios, Rio do Sul III, Santo Amaro da Imperatriz Vila Becker, São Francisco do Sul II, São João Batista Ribanceira, Itaiópolis Dois, São José do Sertão), além de investimentos em automação das redes, com mais de 4000 novos pontos de religadores, investimentos em linhas e redes de distribuição por todo o Estado de SC, os quais ampliarão o sistema elétrico em cerca de 2.000 MVAs, o que corresponde a aproximadamente 60% do consumo médio do Estado. Na Celesc Geração, ampliamos o parque gerador com a repotencialização da Usina Celso Ramos e está em curso a ampliação e reativação das Usinas Salto,

Caveiras e Marumim. O Plano Diretor trouxe um reposicionamento estratégico da empresa, especialmente no que tange a questões de descarbonização, com entrada no segmento de geração solar fotovoltaica e 11 MW pico sendo instalados, além de protagonizar o avanço da atuação no mercado livre, estando alinhado com os direcionamentos regulatórios, no qual focamos em novas migrações e no consumidor varejista por meio da comercializadora Celesc. Outro projeto alinhado com as melhores práticas do setor e com os avanços tecnológicos que implantamos em nossa gestão foi o de medição inteligente, em que cerca de 32 mil medidores foram instalados em 100% da cidade de Araranguá, possibilitando ganhos importantes na gestão das medições, combate a fraudes e redução de custos operacionais e, desta forma, preparando a empresa para a abertura total do mercado livre que já está ocorrendo e cujos debates sob o PL 414, está em tramitação no Congresso Nacional, e prevê que a partir de 2028 todos os consumidores poderão ser livres para escolha de suas distribuidoras na contratação do consumo de sua energia elétrica. Além disto, aprovamos em nosso Plano Diretor o desinvestimento na SC Gás e na Companhia de Água e Esgoto de SC, uma vez que o DNA da companhia está atrelado ao mercado de energia elétrica. Na transmissão de energia, concluímos, através do Consórcio Aliança, as linhas do Lote 21 da ANEEL. Outros grandes projetos e ações de suma importância para a companhia e seus *stakeholders*, como: primeira emissão de JCP; pagamento antecipado de debêntures que limitava distribuição de dividendos; captações estruturantes com alongamentos de dívidas e redução de taxas; materialização dos créditos de PIS/Cofins, possibilitando que a Celesc constituísse fluxo de caixa de mais de R\$2,6 bilhão em créditos com posterior repasse aos consumidores com redução dos reajustes tarifários, como já ocorreu em 2021 e 2022, que somados alcançarão cerca de 30%; resolução de passivos históricos da companhia, como o acordo com a ANEEL no tocante ao parcelamento da CDE, totalmente quitado por esta gestão, cuja cifra foi na ordem de R\$1,2 bilhão, exclusão de riscos expressivos em atuação junto à ANEEL, resolução jurídica da ação relativa ao Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, cobrança de faixa de domínio em rodovia, dentre outros que, somados, superam a cifra de R\$200 milhões; conquista do inédito prêmio de melhor distribuidora do Brasil, na avaliação do cliente, através do prêmio ANEEL de Qualidade; conquista do selo “Great Place do Work”; avanços adicionais na redução das perdas técnicas com instalação de medidores em todos alimentadores até ago/21; combates a perdas não técnicas com estratégias que culminaram com redução de mais de R\$90 milhões de despesas acima da regulatória e redução de outros R\$70 milhões abaixo da regulatória, dentre outros, colocaram a empresa na Série A das grandes empresas de distribuição do Brasil, sendo reconhecida como a 91ª maior empresa do Brasil entre as 1000 Maiores do Valor 2021, 6ª maior empresa de SC e 20ª do Sul do País, segundo a PwC e Grupo Amanhã em 2022. Na inovação, além da implementação da primeira cidade inteligente de SC, em Araranguá, adquirimos totens de autoatendimento modernos, estúdio de realidade virtual para capacitação dos nossos técnicos, implementamos um novo sistema comercial de referência mundial, sendo o primeiro no Brasil, investimos mais de R\$20 milhões em eficiência energética e avançamos nos investimentos do corredor elétrico, sendo atualmente o 3º maior corredor elétrico do País. Também avançamos em projetos estratégicos para a melhoria da gestão e resultados, com destaque para a automação da mão de obra própria em obras de construção e manutenção. Mesmo diante de eventos externos que fogem à gestão da companhia, como a pandemia da COVID-19, a guerra na Ucrânia e o pior evento climático da história da companhia, o “Ciclone Bomba”, a empresa apresentou os melhores resultados de toda história, com incremento de 90% no EBITDA e 280% no Lucro Líquido, um incremento de 46% no *Compound Annual Growth Rate – CAGR*, o que deu sustentação e credibilidade ao mercado financeiro, que passou a aceitar a Celesc H como avalista das suas controladas, o que até então era feito através de recebíveis. Nas políticas da empresa, implementamos a política de Compliance e de aporte para cultura e esportes, que colocou de forma pública e transparente, através de editais, para que toda sociedade pudesse participar, almejando ser beneficiada de acordo com critérios estabelecidos. Também adequamos a empresa quanto à LGPD, além de elegermos a primeira diretora da história da companhia e duas conselheiras, bem como o primeiro diretor membro da comunidade LGBTQIA+. Reestruturamos

a organização, orientada a processos (BRR, DEC/FEC, Clientes, Perdas e Inadimplência). Criamos a área de ESG na empresa. Criamos o programa Celesc Rural, que investiu mais de R\$310 milhões em melhorias de rede e instalação de cabos protegidos por várias localidades rurais no Estado, sendo que outra licitação está em curso com um valor significativo, dando mais oportunidades ao homem e mulher do campo. Garantimos a concessão da Celesc em 2020 com atendimento aos critérios do contrato de concessão no primeiro ciclo de convergência de 5 anos após a assinatura do Termo Aditivo que prorrogou nossa concessão. No que tange aos processos de reajustes tarifários, sempre obtivemos uma parcela B com reajuste superior ao IPCA. Já no que tange à Revisão Tarifária de 2021, alcançamos ganhos de receita (Parcela B) aproximada aos R\$282,5 milhões e reduzimos a glosa do ciclo tarifário, que foi da ordem de 15% no Valor Novo de Reposição – VNR em 2016 para 0,12% em 2021, um desempenho histórico para a Revisão Tarifária da Celesc e que colocou a empresa no *benchmarking* do setor, tornando-se referência para outras distribuidoras do Brasil, pois é a partir da Base de Remuneração Regulatória – BRR que são calculadas a Remuneração de Capital e a Quota de Reintegração Regulatória, agregando valor à companhia. Desta forma, o VNR ficou cerca de 9,65% superior ao Valor Original Contábil – VOC atualizado, refletindo um ganho 9,65% superior ao valor do investimento atualizado. Diante de tais resultados positivos, houve uma maximização da remuneração através do WACC regulatório, agregando ainda mais resultado aos investimentos realizados no ciclo 2016-2021. Para os Custos Operacionais (que englobam pessoal, material, serviços de terceiros, seguros, tributos), conseguimos uma cobertura regulatória com ponto de partida de R\$1,078 bilhão em 2021, além de um componente do Fator X (trajetória) negativo, que trará um incremento de cobertura ao longo do ciclo tarifário. Além disso, obtivemos a cobertura adequada pela incorporação das Demais Instalações de Transmissão – DIT, saindo de um patamar ordinário de R\$40 mil para R\$1,66 milhões de Custo Operacional por ano. Foi a primeira revisão tarifária da história em que a Celesc D foi mensurada com eficiência acima da média do setor. Referente às perdas técnicas regulatórias, o percentual calculado pela ANEEL foi de 5,81% sobre a energia injetada e, apesar da queda na cobertura frente ao valor calculado no último ciclo (6,03%), que ocorre devido aos investimentos da Celesc D em sua rede, esse é o percentual calculado pela ANEEL que mais se aproxima ao percentual de perdas técnicas reais (5,85%) em todos os processos de revisão tarifária até hoje. A diferença de apenas 0,04% é fruto de grandes melhorias na Base de Dados Geográfica da Distribuidora – BDGD, que é insumo para o cálculo das perdas. Para as perdas não técnicas, o percentual regulatório para o próximo ciclo foi de 6,26% sobre o mercado faturado de baixa tensão, sem trajetória de redução. Este valor é 68% superior ao patamar anterior de 3,73%, o que permitirá auferir ganhos para a Celesc e seus acionistas. Da mesma forma, para os indicadores DEC e FEC, houve grande avanço quanto à proposta inicial da ANEEL, com ganhos no DEC de 4,70% e no FEC de 5,81% no último ano do ciclo. Importante destacar que, com o fechamento da última revisão tarifária em agosto de 2021, todo investimento realizado no ciclo 2016-2021 permitiu a formação de uma base de remuneração muito positiva, se desdobrando em uma taxa de depreciação de 3,82%, possibilitando uma excelente Quota de Reintegração Regulatória – QRR para o ciclo 2021-2026, assim como uma Remuneração de Capital (WACC) também bastante positiva. Deste modo, alcançamos uma receita total associada aos ativos imobilizados cuja taxa sobre a base de remuneração líquida ultrapassa os 10%. No caso específico da Celesc D, durante o ciclo passado, os investimentos acima da depreciação transportados para a BRR foram de aproximadamente R\$800 milhões, o que refletiu positivamente em adicional da parcela B por Quota de Reintegração Regulatória – QRR e Remuneração de Capital – WACC, que somaram, sozinhas, cerca de R\$87 milhões/ano de receita adicional, valor este que se manterá pelo menos nos próximos 10 anos. Essa receita, advinda do investimento acima da depreciação, contribui para o constante crescimento do EBITDA, sendo que, cabe lembrar, no setor elétrico, em especial nas empresas de distribuição de energia elétrica, os investimentos ocorrem primeiro para depois serem remunerados. Nota-se também que, no período considerado, os *covenants* da empresa estão bem abaixo da média do setor, assim como o custo do capital de terceiros, que ficou em torno de 6,2 %

em 2021, sendo o quarto menor custo de dívida entre algumas distribuidoras analisadas do mesmo porte. Por outro lado, a realização de dividendos vem crescendo, passando de 0,51 de Proventos distribuídos/Ação(PN) em 2018 para 3,87 no terceiro trimestre de 2022, além de um incremento de mais de R\$ 1,1 bilhão no patrimônio líquido da companhia. A empresa está consistente tanto em sua responsabilidade social, em especial em distribuir e gerar energia elétrica, quanto com seus colaboradores e acionistas, para atender o propósito da Celesc: cumprir sua função pública de prover energia para o desenvolvimento e qualidade de vida e, em especial, dos mais de 7 milhões de catarinenses. Números como estes contribuem ainda mais para a trajetória positiva que a companhia vem seguindo, bem como permitem a criação de condições favoráveis para que possamos continuar investindo na melhoria do sistema elétrico, aumentar a distribuição de dividendos aos acionistas, seguir avançando na valorização dos colaboradores e dar continuidade à prestação de serviços cada vez melhores à sociedade catarinense. No que tange à saúde e segurança, criamos uma estrutura de departamento especialmente com esse foco e unificamos todos os colaboradores da área de saúde, segurança e bem-estar para fortalecer este tema, além de termos contratado uma das melhores consultorias do mundo para nos auxiliar no avanço da segurança dos colaboradores próprios e de empresas parceiras. Apresentamos aos colaboradores uma proposta de plano de saúde praticamente gratuita, a R\$1/mês, para ele e para seus dependentes, com propósito de que 100% de nossos colaboradores tivessem acesso ao sistema privado de saúde e, em contrapartida, avançaríamos na redução do passivo assistencial que é um dos maiores riscos corporativos da companhia atualmente. Porém, a proposta não prosperou e fica o registro de que o tema deva ser objeto de nova negociação e apreciado pelo Conselho de Administração para sua aprovação final pelo montante envolvido na negociação, como ocorreu nesta gestão. Fica aqui meu agradecimento, como Conselheiro de Administração e Diretor Presidente da Companhia, à atuação de todos os Diretores e colaboradores de toda a Celesc, a todos os Comitês de Assessoramento e ao Conselho de Administração, especialmente ao Presidente deste Conselho, João Eduardo Noal Berbigier, pela sapiência em conduzir as reuniões e pelo dom da palavra para harmonizar a todos, especialmente em momentos críticos, sempre zelando pela ética, transparência, equidade e responsabilidade corporativa. Boa sorte”. Na sequência, passou-se aos relatos dos Comitês.

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE): A Coordenadora, Conselheira Michele Silva Wangham, apresentou relato da reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2022, quando foram abordados os seguintes assuntos: 01 – Resultado Gerencial. 02 – Apresentação Relatório Auditoria Ordinária – Macroprocesso Receita – Processo Inadimplência. 03 – Apresentação Relatório Auditoria Ordinária – Processo de Aquisições – Licitações. 04 – Apresentação e Aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna 2023 - PAAI 2023. 05 – Apresentação Relatório Conclusivo Comissão Interna Apuração Vazamento de Informações.

Comitê de Recursos Humanos: a Coordenadora, Conselheira Vanessa Evangelista Ramos Rothermel, informou que, na reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2022, foram apreciados os seguintes assuntos: C – Apresentação Acidente NUMOS. D – Estatística Acidentes Nov/22.

Comitê Estratégico, Regulatório e de Sustentabilidade: o Coordenador, Conselheiro Luiz Otávio Assis Henriques, informou que, na reunião realizada no dia 14 de dezembro 2022, foram apreciados os seguintes temas concernentes às apresentações: 01 – Plano Diretor, Planejamento Estratégico, Contrato de Gestão 2023-2026. 10 – Revisão do Plano de Negócio em Geração Distribuída por meio de Fazenda Solares de até 3MW, possibilitando a prospecção de oportunidades de negócio dentro da janela regulatória, podendo crescer até 3,7MW. Na oportunidade ainda foi realizada a apresentação do item “E”, referente ao Desempenho Contrato de Gestão – 3º Trimestre/22. O Coordenador informou que os itens foram aprovados, conforme registros constantes na Ata do referido Comitê.

Comitê de Finanças e Comercialização: Na oportunidade, o relato foi apresentado pelo Conselheiro Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire, o qual informou que, na reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2022, foram apreciados os seguintes assuntos para deliberação: 02 – Proposta de Orçamento 2023-2027. 03 – Autorizar o aditivo de vigência e execução, por 18

meses, de contrato para prestar serviço especializado de manutenção e suporte técnico do Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados – SCADA, denominado Network Manager. 04 – Proposta de autorização de contratação de apólice de seguro-garantia judicial, referente ao Auto de Infração nº 030/2020-SFE em Ação de Tutela Antecipada nº 013939-15.2021.4.01.3400. 05 – Ratificação dos procedimentos e aprovação da proposta de emissão de seguro-garantia referente ao Processo nº 5032049-22.2022.4.04.7200. 06 – Postergação de Saldo Remanescente do Pagamento de Dividendos pela DFESA. 07 – Aprovar a Destinação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) pela Companhia Celesc H. 08 – Aprovar a Destinação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) pela Companhia Celesc D. 09 – Aprovar a Destinação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) pela Companhia Celesc G. 11 – Aprovar a Celebração de 5 (Cinco) Termos de Compromisso com a Secretaria de Estado da Fazenda de SC para o Custeio da Participação Financeira do Cliente Prevista no Artigo 110 da Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, Autorizar a carga orçamentária, no valor total da obra, em Centro Financeiro específico a ser criado, autorizar a redução orçamentária no valor da participação financeira da Celesc do orçamento de investimento, e autorizar a abertura de processo(s) licitatório(s) para contratação de empresa(s) para prestação dos serviços de fornecimento dos materiais e execução de obras. Na oportunidade, ainda foi realizada a apresentação referente ao item “B” – Orçamento da empresa SCGÁS. O Coordenador informou que os itens foram aprovados, conforme registros constantes na Ata do referido Comitê de Finanças e Comercialização.

Comitê de Ética: O coordenador, Conselheiro Amir Antonio Martins de Oliveira apresentou na ocasião aos membros do Conselho de Administração o reporte dos trabalhos no último trimestre sobre o reporte tratamento das ações do Comitê, bem como o *status* das denúncias que nele tramitam.

Após, o Conselho de Administração passou às **Deliberações** conforme a seguir:

01 – Plano Diretor, Planejamento Estratégico, Contrato de Gestão 2023-2026. Aprovada nos termos da NE-CA nº 128-2022, Deliberação nº 104-2022, bem como os registros constantes na Ata de Reunião do Comitê Estratégico, Regulatório e de Sustentabilidade data de 14.12.2022. O Conselheiro Paulo Guilherme Horn registrou voto contrário ao limite da remuneração variável da Diretoria Executiva constante no Contrato de Gestão e Resultados 2023-2026.

02 – Proposta de Orçamento 2023-2027. Aprovada nos termos da NE-CA nº 132-2022, Deliberação nº 103-2022, bem como os registros constantes na Ata de reunião do Comitê de Finanças e Comercialização datada de 14.12.2022. Na sequência, os Conselheiros Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire, Luiz Otavio Assis Henriques e Fábio William Loreti apresentaram o seguinte registro: “Quanto à proposta de orçamento da companhia para o exercício de 2023, conforme documentos apresentados, os conselheiros Luiz Otavio Assis Henriques, Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire e Fábio William Loreti externam o voto de aprovação do referido orçamento condicionado a um contingenciamento do referido orçamento no montante de 10% do capex. Referido contingenciamento se sustenta na(s): (i) premissa de reavaliação das condições macroeconômicas de curto prazo (intensa volatilidade); (ii) potencial assunção de nova administração e eventuais direcionamentos de gestão; e (iii) discussões referentes ao nível de dividendos a serem realizadas no curso de 2023 em patamares mínimos de 50% do Lucro Líquido anual – seguindo práticas de mercado, cuja oportunidade de aprovação pela Administração da Celesc com posterior encaminhamento à sua Assembleia Geral está programada para abril de 2023. Assim que os referidos temas forem dirimidos pela Administração da Companhia, o referido contingenciamento deverá ser objeto de nova apreciação.” O Conselheiro Cleício Poletto Martins registrou voto favorável ao tema “Proposta de Orçamento 2023-2027”, cujo voto apartado será arquivado na Secretaria de Governança. Encerrando o debate sobre o tema, o Conselheiro João Eduardo Noal Berbigier, Amir Oliveira, Michelle Wangham, Vanessa Rothermel e Luiz Alberton externaram seus votos com o seguinte encaminhamento: “No que se refere ao item da pauta ‘Aprovação do Orçamento 2023’, manifestamos nossos votos em concordância com a aprovação de referido item, ratificando que o percentual de contingenciamento de 10% (dez por cento) do

orçamento de investimentos, tenha sua manutenção até o encaminhamento pelo Conselho de Administração da Proposta de Administração, para promoção da AGO, que será realizada até abril de 2023, quando então será revisitado o contingenciamento.”

03 – Autorizar o Aditivo de vigência e execução, por 18 meses, de contrato para prestar serviço especializado de manutenção e suporte técnico do Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados – SCADA, denominado Network Manager. Aprovada nos termos da NE-CA n° 126-2022 e Deliberação n° 323-2022.

04 – Proposta de autorização de contratação de apólice de seguro-garantia judicial, referente ao Auto de Infração n° 030/2020-SFE em Ação de Tutela Antecipada n° 013939-15.2021.4.01.3400. Aprovada nos termos da NE-CA n° 139-2022 e Deliberação n° 322-2022.

05 – Ratificação dos procedimentos e aprovação da proposta de emissão de seguro-garantia referente ao Processo n° 5032049-22.2022.4.04.7200. Aprovada nos termos da NE-CA n° 133-2022 e Deliberação n° 321-2022.

06 – Postergação de saldo remanescente do pagamento de dividendos pela DFESA. Aprovada nos termos da NE-CA n° 134-2022 e Deliberação n° 109-2022.

07 – Aprovar a destinação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) pela Companhia Celesc H. Aprovada nos termos da NE-CA n° 136-2022 e Deliberação n° 107-2022. Aprovado o crédito de Juros sobre o Capital Próprio – JCP das Centrais Elétricas de Santa Catarina no valor bruto de R\$52.276.405,25, à razão de R\$1,278901034 por ação ordinária e R\$1,406791138 por ação preferencial. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio os detentores de ações de emissão da companhia em 29 de dezembro de 2022, sendo as ações da Companhia negociadas “ex-juros sobre capital próprio” a partir de 2 de janeiro de 2023. O JCP ora deliberado será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022. Os JCP não sofrerão atualização monetária e haverá incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, e deverão ser pagos em duas parcelas iguais. A data de pagamento do referido JCP será deliberada, em momento oportuno, pelo Conselho de Administração e/ou Assembleia Geral de Acionistas.

08 – Aprovar a destinação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) pela Companhia Celesc D. Aprovada nos termos da NE-CA n° 137-2022 e Deliberação n° 320-2022. Aprovado o crédito de Juros sobre o Capital Próprio – JCP da Celesc Distribuição S.A. referente ao 4º trimestre do exercício de 2022. Os JCP não sofrerão atualização monetária e haverá incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável. O Conselho de Administração aprovou que a data de pagamento do referido JCP será deliberada em momento oportuno. O JCP ora deliberado será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022.

09 – Aprovar a destinação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) pela Companhia Celesc G. Aprovada nos termos da NE-CA n° 138-2022 e Deliberação n° 033-2022. Aprovado o crédito de Juros sobre o Capital Próprio – JCP da Celesc Geração S.A. referente ao 4º trimestre do exercício de 2022. Os JCP não sofrerão atualização monetária e haverá incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável. O Conselho de Administração aprovou que a data de pagamento do referido JCP será deliberada em momento oportuno. O JCP ora deliberado será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022.

10 – Revisão do Plano de Negócio em Geração Distribuída por meio de fazendas solares de até 3MW, possibilitando a prospecção de oportunidades de negócio dentro da janela regulatória, podendo crescer até 3,7MW. Aprovada nos termos da NE-CA n° 135-2022, Deliberação n° 108-2022, bem como os registros constantes na Ata de Reunião do Comitê Estratégico, Regulatório e de Sustentabilidade data de 14.12.2022.

11 – Aprovar a celebração de 5 (cinco) Termos de Compromisso com a Secretaria de Estado da Fazenda de SC para o custeio da participação financeira do cliente prevista no artigo 110 da Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, autorizar a carga orçamentária, no valor total da obra, em centro financeiro específico a ser criado, autorizar a redução orçamentária no valor da participação financeira da Celesc do orçamento de investimento, e Autorizar a Abertura de processo(s) licitatório(s) para contratação de empresa(s) para prestação dos serviços de

fornecimento dos materiais e execução de obras. Aprovada nos termos da NE-CA n° 140-2022, Deliberação n° 324-2022, bem como os registros constantes na Ata de Reunião do Comitê de Finanças e Comercialização datada de 14.12.2022.

APRESENTAÇÕES: A – Resultado Gerencial. B – Apresentação Orçamento SCGÁS. C – Apresentação Acidente NUMOS. D – Estatística Acidentes Nov/22. E – Desempenho Contrato de Gestão – 3º Trimestre/22. Esta ata é cópia fiel da ata transcrita no livro de atas da companhia, assinada por todos os Conselheiros. Florianópolis, 15 de dezembro de 2022. João Eduardo Noal Berbigier, Presidente; Raquel de Souza Claudino, Secretária.

João Eduardo Noal Berbigier
Presidente

Raquel de Souza Claudino
Secretária